

Jornal Oficial



Município de São José do Bonfim-PB

Criado pela Lei Municipal n.º 95/90

Sexta-feira, 08 de novembro de 2024

De 11 de outubro de 1990

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Portarias

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM
CNPJ 08.882.862/0001-05

PORTARIA DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO MUNICIPAL Nº 070/2024, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

O Prefeito Municipal de São José do Bonfim, Estado da Paraíba, no uso das atribuições legais e com previsão na Resolução Normativa TC nº 03/2016 e Resolução Normativa TC 07/2016, considerando o que prevê o art. 1º da Resolução Normativa TC nº 03/2016 que os gestores municipais que encerram seus mandatos deverão constituir, no prazo de até 10 dias a contar da homologação do resultado das eleições, Comissão de Transição de Governo, constituída com pelo menos 02 (dois) membros indicados pelo candidato eleito; considerando que o art. 2º da Resolução Normativa (RN) TC nº 03/2016 (com nova redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 07, de 19 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PB de 20 de outubro de 2016), estabelece, dos incisos I a XVI, bem como parágrafos do 1º ao 4º (conforme Resolução Normativa TC 07/2016), indicam quais são os documentos e informações que devem ser apresentados ao gestor eleito, inclusive mencionado que dita entrega deve ser feita até o dia 30 de novembro do exercício em que se encerra o mandato e que com relação aos incisos I, II, IV, X e XVI, que possivelmente estará consolidada apenas no término do exercício, deverá ser apresentada até o dia 31 de dezembro, em conjunto com a atualização da documentação anteriormente disponibilizada; considerando o § 4º do art. 2º da Resolução Normativa (RN) TC nº 03/2016 (com nova redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 07, de 19 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PB de 20 de outubro de 2016), estabelece que, após formada a Comissão, no prazo de 05 (cinco) dias, a informação do respectivo ato e dos seus componentes deverá ser encaminhada ao Tribunal; considerando que art. 3º da Resolução Normativa (RN) TC nº 03/2016 indica que, além das providências do artigo art. 2º da mesma RN, consideradas pelo Tribunal de Contas como essenciais à garantia da perfeita normalidade da transição, são sugeridas outras destinadas ao conhecimento da realidade do Ente/Poder/Órgão, fazendo menções aos incisos I e II, que devem ser apresentados até 30 de novembro do exercício em que se encerra o mandato; considerando que no art. 4º da Resolução Normativa (RN) TC nº 03/2016, ficou estabelecido que os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal ficam obrigados a fornecerem as informações solicitadas pela equipe de transição, bem como a prestar-lhes o apoio técnico e administrativo necessários aos seus trabalhos, sob pena de ser-lhes aplicada a penalidade prevista no art. 56, inciso II, da Lei Complementar 18/93, sem prejuízo de outras medidas que o TCE entender cabíveis; considerando que o art. 5º da Resolução Normativa (RN) TC nº 03/2016 prevê que os documentos referidos na mesma deverão ser chancelados através de visto da Comissão de Transição de Governo e pelo atual Prefeito; considerando que o art. 6º da Resolução Normativa (RN) TC nº 03/2016 estabelece que ao Prefeito Eleito, caberá receber, emitindo recibo ao ex-prefeito, os levantamentos, demonstrativos e inventários, bem como a legislação específica, conforme previsão da própria Resolução Normativa, e ainda nomear Comissão para proceder à análise dos referidos documentos e emitir Relatório Técnico de Transição, sendo ditos trabalhos gratuitos; considerando que restou reservado ao art. 7º da Resolução Normativa (RN) TC nº 03/2016 o dever do gestor Reeleito comunicar ao Tribunal de Contas do Estado a não apresentação dos demonstrativos listados no art. 2º ou pelo menos, daqueles que permitam o conhecimento da situação orçamentária contábil, financeira e patrimonial do Ente/poder ou órgão e, mais ainda, de indícios de irregularidades graves e/ou desvios de recursos, e, no art. 8º da mesma Resolução Normativa, a previsão de que o gestor eleito deverá remeter ao Tribunal de Contas e ao Poder Legislativo, juntamente com balancete de janeiro, inicial da gestão, bem como ao Ministério Público Estadual, uma cópia do Relatório Técnico acerca da documentação recebida, e, considerando que art. 9º da que a Resolução Normativa (RN) TC 03/2016 prevê que, em caso de descumprimento da mesma repercutirá negativamente na análise da PCA do respectivo responsável, conforme o grau de prejuízo causado ao processo de transmissão, podendo ensejar

reprovação de contas, a aplicação de multa prevista inciso II do art. 56 da LC nº 18/93 (LOTCE), sem prejuízo ainda das demais penalidades legais pertinentes, constando ainda no art. 10 revogando as disposições em contrário e art. 11 previsão entrada em vigor na data de sua publicação; considerando que o Prefeito Eleito, a Senhora Rosalba Gomes da Nóbrega Mota de São José do Bonfim-PB, em 06 de outubro de 2024, foi eleição com sucesso, que irá suceder o atual Prefeito atual, Senhor Esaú Rael Araújo da Silva Nóbrega, pois indicando os nomes da Comissão de Transição, para eleitos Legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Por este ato e colhidas as indicações do Prefeito Eleito de São José do Bonfim, Estado da Paraíba, Rosalba Gomes da Nóbrega Mota, quanto aos nomes que devem compor a Comissão de Transição de Governo, para procederem à transição prevista na Resolução Normativa (RN) TC nº 03/2016 e Resolução Normativa (RN) TC nº 07/2016, nomear a Comissão de Transição do Município de São José do Bonfim - PB, sendo composta com os nomes e indicativos, dos quais os mesmos representam, conforme a seguir:

NOME DO INTEGRANTE	DOCUMENTO: CPF	REPRESENTANDO A GESTÃO
LUCIANA SOUSA DE BRITO	884.523.874-30	ANTERIOR
FABIOLA JANE ALVES PEREIRA	965.035.214-72	ANTERIOR
FRANCINALDA NOBRE DOS SANTOS	646.803.984-34	ANTERIOR
JOZINALVA DANIEL DE LIMA MEDEIROS	646.466.454-91	PRÓXIMA GESTÃO
JOSEILDO ALVES MONTEIRO	001.305.764-25	PRÓXIMA GESTÃO
ERVANDIO OLIVEIRA DA SILVA	022.683.384-44	PRÓXIMA GESTÃO

Art. 2º. A Comissão constituída no art. 1º, a partir deste ato, recebe as atribuições e poderes, tendo como objetivos os constantes na Resolução Normativa - TC nº 03/2016, inclusive levantando legislação, documentos, dados e todas as informações, com trânsito livre em todas as Secretarias e Gabinetes da Prefeitura de São José do Bonfim- PB, observados os horários de expedientes e/ou feriados, sem qualquer restrição, restando a estas a obrigação e o dever de fornecer tudo que for solicitado pela Comissão, prestando-lhes o apoio técnico e administrativo necessários aos trabalhos.

Art. 3º. Os documentos referidos na Resolução Normativa TC nº 03/2016 deverão ser chancelados, através de visto da Comissão de Transição de Governo, conforme constituída neste ato e pelo atual Prefeito, remetendo ditos documentos para o Prefeito Eleito, a quem caberá recebê-los, emitindo recibo para a pessoa que os enviou, dos levantamentos, demonstrativos e inventários, bem como a legislação específica, conforme previsão da própria Resolução Normativa TC nº 03/2016.

Art. 4º - A Comissão constituída por este ato, ao final dos trabalhos, deverá emitir Relatório Técnico de Transição, fazendo o seu envio para os órgãos e pessoas constantes na RN - TC nº 03/2016, em tempo hábil e na forma estabelecida.

Art. 5º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E EXECUTE-SE.

São José do Bonfim - PB, 07 de novembro de 2024.

Esaú Rael Araújo da Silva Nóbrega
Prefeito constitucional

Prefeitura Municipal de São José do Bonfim-PB

Rua José Ferreira, 5 - Centro - CEP: 58.725-000

São José do Bonfim - Paraíba

Site: saojosedobonfim.pb.gov.br - Email: prefeitura@soajosedobonfim.pb.gov.br